

**“A EDUCAÇÃO QUE TEMOS E
A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS**

**DA EDUCAÇÃO BÁSICA
À PESQUISA ACADÊMICA”**



DIAS 28, 29 E 30 DE SETEMBRO

XV JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TENSIONAMENTOS SOBRE A (IN)ACESSIBILIDADE DE SURDOS NAS REDES SOCIAIS

Guilherme Vendruscollo Werlang
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
Neoli Paulina da Silva Gabe
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
Paula Caroline Pepa Oliveira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS

...

Eixo 2 – Educação, Cultura e Produção de Sujeitos

INTRODUÇÃO

A comunicação faz parte da vida dos sujeitos a partir de práticas visuais, gestuais, escritas, faladas, entre outras. Todas essas formas de interação, atualmente, articulam-se às transformações tecnológicas que envolvem os meios digitais que se organizam em rede, no que Castells e Cardoso (2005) afirmam como “sociedades em rede”. Nesse sentido, podemos pensar que fazemos parte de redes digitais de comunicação que emergem de diferentes intencionalidades, dispositivos e situações. Ainda, é oportuno destacar que não atuamos neste contexto apenas como espectadores, mas para além, nos constituímos enquanto sujeitos a partir dos processos que envolvem suas dinâmicas e nossos modos de interagir com essas tecnologias.

Com o advento da internet e do desenvolvimento da Web 2.0, ao qual oportunizou o surgimento e a propagação das redes sociais digitais, os usuários passaram a produzir seus conteúdos e puderam ultrapassar barreiras geográficas, políticas e sociais, a partir de uma sensação de interconexão planetária. As redes sociais, portanto, configuram-se como fontes de informações, de publicidades, de lazer, de geração de laços sociais e diversas outras possibilidades. É nesta dinâmica social, promovida pela livre partilha de informações e conhecimentos, que também se constituíram novas ferramentas voltadas a processos educativos (ZENHA, 2018).

Diante desse contexto, emerge um questionamento: as informações que circulam nas redes sociais digitais são experienciadas, aprendidas e produzidas da

mesma forma por toda a população? Partimos deste questionamento a partir da reflexão acerca da inclusão social e da acessibilidade, especialmente no que se refere aos sujeitos surdos, foco de nossa problematização. A reflexão que apresentamos visa tencionar as redes sociais enquanto estratégias biopolíticas que, apesar de poderem fortalecer a inclusão social e a acessibilidade, têm funcionado como dispositivos idealizados e projetados para ouvintes, que excluem e marginalizam os sujeitos surdos ao passo que os condiciona aos modos de vida de ouvintes.

Utilizamos a biopolítica de Michel Foucault para explicarmos a relação dos sujeitos surdos com o Estado. Foucault (1999) entende, para regular a população, é preciso que o Estado use saberes e tecnologias para mensurar, classificar e normalizar os indivíduos e grupos. Essas políticas podem ser direcionadas para certos grupos que o Estado considera impróprios, como os “diferentes”, ou seja, aqueles que fogem da norma: o outro, o migrante, o louco, o “anormal”.

A anormalidade, dessa forma, constitui-se como uma ameaça à ordem moderna, como uma periculosidade social e a inclusão escolar como um mecanismo de gerenciamento de risco social causado pela anormalidade. Esse risco é produzido a partir da não utilidade e não produtividade dos corpos anormais (LOCKMANN, 2012, p. 6).

Nesse sentido, ao pensar sobre os sujeitos surdos, Lockmann (2012, p. 7) argumenta que estes, por muito tempo, foram entendidos como sujeitos patológicos, que possuem uma perda (a audição) e, portanto, torna-se necessário medicalizá-los, tratá-los e normalizá-los. Para isso, são utilizadas, no campo da educação especial, por exemplo, técnicas médicas e pedagógicas, articuladas, com o objetivo de normalizar os sujeitos surdos tendo em vista os padrões ouvintes. Thoma (2005) afirma que para os surdos serem considerados “normais” em uma escola de ouvintes, por exemplo, devem corrigir a audição para que possam atingir melhores índices de desempenho escolar. Tal situação não se restringe aos ambientes escolares, pois no que se refere às dinâmicas do cotidiano, em diferentes situações, espera-se que os surdos sejam capazes de se adaptarem aos serviços disponíveis para ouvintes.

Articulado a isso, destacamos que ao viverem nos dias de hoje, diante de inúmeras possibilidades de comunicação e conectados às redes sociais digitais, a falta de dispositivos de inclusão social e de acessibilidade reforçam a ideia de que a audição e as línguas orais são ainda condições de pertencimento ao mundo digital.

Nessa perspectiva acreditamos que as práticas que fazem parte dos discursos de reabilitação, operam como estratégias biopolíticas que atravessam os sujeitos surdos, especialmente pela ausência de investimentos relacionados ao enfrentamento delas. Isso significa pensar que, mesmo com balizadores acadêmicos e legais que orientam meios de acessibilidade, a falta de controle sobre esses balizadores também representa ações que produzem determinados sujeitos a partir do que entendemos como biopolítica.

Com o crescente uso da internet e das redes sociais, as empresas de tecnologia investem cada vez mais em melhorias e customizações para atualizar suas plataformas e atender as demandas e os anseios de seus usuários. No entanto, algumas plataformas digitais acabam restringindo o acesso de sujeitos surdos, pois são essencialmente voltadas para ouvintes, justamente pela falta de dispositivos de acessibilidade. Ferreira e Martins (2021), sobre isso, afirmam que as empresas de telecomunicações e de serviços de radiodifusão de sons e imagens possuem obrigação de garantia de recursos de acessibilidade, como legenda oculta e janela de Libras (Língua Brasileira de Sinais), através do decreto de lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

A partir do decreto de lei, entende-se que seria uma norma legal a acessibilidade e a difusão da Libras, especialmente no que se refere à possibilidade de transformação das narrativas que envolvem os sujeitos surdos. Entendemos que quanto mais visíveis no dia a dia das redes, maiores seriam os movimentos de descristalização das noções clínicas sobre os surdos e, conseqüentemente, haveria maiores chances de transformações relacionadas às políticas públicas e compreensões por parte do Estado. Contudo, pode-se dizer que as organizações de tecnologia, que controlam as redes sociais, reproduzem os discursos que tradicionalmente guiam o Estado - de reabilitação - com base na não integração desses sujeitos nas redes das quais buscam fazer parte. As mídias são ferramentas importantes para a disseminação e produção de informações, mas a exclusão de determinados grupos sociais, como os surdos, pode contribuir para o seu afastamento e para a invisibilidade das especificidades que lhes envolvem.

Destacamos que mesmo no período mais crítico da pandemia do COVID-19, em que os sujeitos surdos foram mais aproximados das redes sociais, devido ao uso intenso das tecnologias durante o distanciamento social, ainda ocorreram afastamento ocasionados por barreiras relacionadas à inacessibilidade das informações compartilhadas. Ferreira e Martins (2021) mostram que certas mídias ainda não possuem *softwares* totalmente desenvolvidos que ajudem os sujeitos surdos a compreenderem as comunicações orais.

Nas redes sociais, ainda são feitas muitas publicações em que não são disponibilizadas legendas ou mesmo intérpretes/tradutores de Libras, o que dificulta e inviabiliza a compreensão e a interação dos surdos. Para que a acessibilidade, ou seja, a possibilidade de acesso pleno aos ambientes virtuais, aconteça é necessário que sejam disponibilizadas informações em ao menos duas línguas - uma delas a Libras e as outras por meio de legendas -, considerando que alguns surdos não utilizam a Libras e que outros têm dificuldades de leitura. A partir desse viés, a reivindicação dos surdos está na produção de uma inclusão que promova e qualifique suas diferenças, não somente trocas sociais, mas a constituição de conhecimentos que os coloquem em condição de inclusão social efetiva (SKLIAR, 1999).

Outra característica para ser elencada sobre as redes sociais digitais e a acessibilidade para surdos é o uso de aplicativos direcionados a usuários da língua de sinais, que são usados para substituir o tradutor/intérprete de Libras, mas que são insuficientes por serem aplicativos programados e, portanto, não conseguem usar os sinais adequados aos contextos. Esses programas utilizam sinais padronizados para determinadas palavras, dificultando que haja um compartilhamento de informações ou comunicação adequadas e que garantam e assegurem a acessibilidade destas pessoas. Entende-se, certamente, que são tentativas de se promover a acessibilidade para os usuários da Língua Brasileira de Sinais, mas pelo fato de não haver meios de comunicação claros, coesos e com possibilidade de adaptações linguísticas, atinge diferentes sujeitos surdos, em diferentes situações (CECÍLIO; DARSIE, 2009; DARSIE; FALLER, 2011; DARSIE et al. 2017).

No que se refere à disponibilização de informações escritas, *Youtube*, *TikTok* e *Instagram*, por exemplo, apresentam a função de geração de legendas automáticas, porém, ainda ocorrem muitas falhas na identificação do que é falado. Deste modo, entendemos que se as empresas não procuram investir em novas tecnologias que possibilitem a integração de todos os usuários, elas acabam afastando-os, deixando-os segregados, excluídos e marginalizados. Nesse viés, há incentivos para que empresas de telecomunicações, entre outras, sigam a lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, de inclusão das pessoas com deficiências, porém não se encontra, na prática, assegurada a acessibilidade nos contextos de muitas mídias.

É essa situação que entendemos como uma estratégia biopolítica de normalização dos surdos. Não se trata de movimentos que reforcem diretamente a reabilitação clínica desses sujeitos, contudo, as brechas que permitem a não utilização

de recursos de acessibilidade ou a baixa qualidade desses recursos evidenciam que ainda somos atravessados, enquanto coletivos, por lógicas clínicas que se baseiam em índices de produtividade, de adaptabilidade e de superação de limites individuais.

Diante disso, ao pensarmos sobre a possibilidade de acesso e permanência nas redes sociais digitais, os surdos passam a ser subjetivados por uma dinâmica biopolítica que os responsabiliza pelo entendimento dos conteúdos disponibilizados. De forma sutil, passam a entender que diante dos processos coletivos, o desenvolvimento de habilidades específicas se torna fundamental para inserção no mundo digital e, assim, conformam-se com os contextos (in)acessíveis que lhes são oferecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Biopolítica; Surdos; Acessibilidade; Redes Sociais.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org). **A sociedade em rede**. Do conhecimento à ação política. Conferência promovida pelo presidente da república. 4 e 5 de março de 2005. Centro cultural de Belém. p. 439.

CECILIO, Gilmara Mariana; DARSIE Camilo. Identidades Transitantes: O Desencaixe do Deficiente Auditivo nos Discursos de/sobre Surdos e Ouvintes. *Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade*, v. 05, p. 01-24, 2009.

DARSIE Camilo; FALLER, Sabine de Jesus Ferraz. *Deaf youth and cultural negotiation in Porto Alegre, Brazil*. **Environment and Urbanization**, v. 23, p. 195-202, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0956247810395870>. Acesso em 03 fev. 2023

DARSIE, Camilo; SCHROEDER, Daniel Felipe; WEBER, Douglas Luís; SILVA, Juliana Vargas L. Ensino de Geografia para surdos: uma questão de língua e linguagem. **Ágora**, v. 18, p. 44, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/8304>. Acesso em 18 mar. 2023.

FERREIRA, Damares Oliveira de Jesus; MARTINS, Midian Jesus de Souza. **Acessibilidade para surdos na televisão aberta e mídias sociais**. *Grau Zero: Revista de Crítica Cultural*, vol. 9, n. 1, jan./jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LOCKMANN, Kamila. **A biopolítica em ação**: gerenciando o risco da anormalidade surda. *Novo Hamburgo: Universidade Feevale, Revista Conhecimento Online*, ano 4, v. 1, mar. 2012.

SKLIAR, Carlos (Org.) **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Editora Mediação. 1999.

THOMA, Adriana. **A constituição do espaço escolar como possibilidade de correção e normalização do sujeito surdo**. IN: Lebedeff e Pereira (orgs). Educação especial: olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF, 2005.

ZENHA, Luciana. **Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?**. Caderno de educação, ano 20 – n.49, v.1, 2017/2018 – p. 19-42.